



## Parlamento e indústrias debatem agenda para desenvolvimento

(foto Carlos Kilian)

*Representantes do setor produtivo e dos Poderes Executivo e Legislativo, se reuniram na quinta-feira, 27, na sede da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), em torno da construção de uma agenda estratégica para o desenvolvimento do estado com ênfase para a infraestrutura*

Scheila Dziedzic

As primeiras propostas apresentadas foram a constituição - ainda no primeiro semestre -, de uma Agência de Fomento e Atratividade aos Investimentos, com a participação do governo estadual, da Assembléia Legislativa - através da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia -, da Fiesc e órgãos afins. Além da criação de um Fórum Permanente trabalhará em conjunto com as câmaras setoriais de trabalho da Federação das Indústrias. Para o presidente da Fiesc, José Fernando Xavier Faraco, o quadro atual apresenta várias oportunidades e ameaças, como a guerra, e por isso não existem mais espaços para que as lideranças catarinenses se posicionem em lados opostos. "É necessá-

ria a construção de uma parceria para implementar ações que alavancuem o desenvolvimento econômico de Santa Catarina", afirmou.

A Fiesc conta com 35 projetos em carteira que poderão ser viabilizados através da Agência de Fomento e Atratividade aos Investimentos. "Temos que mostrar o viés real de crescimento aproveitando o alto valor agregado que o setor produtivo catarinense possui", explica Faraco. Ele defende que a medida, que visa gerar renda, vai ao encontro do que o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, vem propondo para o país. "Esta é a maneira mais legítima de distribuir renda e, em consequência, atender à demanda social". Faraco diz que busca parceria com a classe



Poder público e indústria catarinense vão construir agenda para alavancar desenvolvimento

política, pois esta foi eleita para defender os interesses dos catarinenses e alcançou a maturidade para fazê-lo. Mas primeiro, defende, é necessário se avançar nas reformas política, fiscal e tributária e no setor de infraestrutura.

O presidente da Assembléia Legislativa, Volnei Morastoni (PT), destacou a importância da iniciativa para que as forças políticas, empresariais e econômicas construam possibilidades que façam frente ao cenário econômico nacional e internacional. Ele reiterou a disposição do legislativo estadual em criar opções para o desenvolvimento de Santa Catarina. "A AL está no meio deste processo e é onde se aprofunda o debate. A esta agenda se poderá incluir a discussão de muitos temas para impulsionar o nosso estado". O parlamentar informou que existem contatos para a vinda à Santa Catarina de lideranças do cenário econômico como o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, o deputado fe-

deral Delfim Netto (PPB/SP), e o líder do governo no Senado, Aloísio Mercadante (PT/SP), para que se possa aprofundar discussões relacionadas ao setor e, a partir disto, elaborar ações conjuntas. Morastoni lembra que a reestruturação administrativa, promovida recentemente em Santa Catarina, vai exigir uma adaptação de todos. "O Legislativo vai ter que se preparar para estar presente". Conclamou ainda os dirigentes da Fiesc para que prestigiem o Besc, voltando a operar na instituição, fortalecendo sua condição de banco dos catarinenses, e para que empenhem esforços pela duplicação da BR 101. Outra situação importante destacada por ele, é a reconquista da Unidade de Negócios da Petrobras (UN-Sul), em Itajaí, que coordenava a exploração de petróleo nos três estados do Sul. Ele informou que o diretor de Exploração e Produção da empresa, Guilherme Estrela, já solicitou estudo de viabilidade técnica para o retorno da unidade à Santa Catarina.

## Luta contra a AIDS

Atual presidente do Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (Gapa), Helena Edilia Lima Pires (na foto), que atua na organização não-governamental há 18 anos, critica a redução na intensidade das campanhas do governo para conscientização da população sobre a doença depois que eventos - como o Carna-

val -, e datas especiais, passam. Heleninha, como é conhecida, fala ao AL Notícias, na Entrevista da semana, sobre a falta de aplicação de leis pelo governo estadual, como a que obriga as escolas públicas a oferecer aulas de educação sexual, e propõe parceria entre Legislativo e ONGs para desenvolver projetos conjuntos.



(foto Carlos Kilian)

Ao mesmo tempo, uma nova postura do Poder Legislativo quanto ao seu engajamento na briga contra a evolução da epidemia - que cresce assustadoramente em Santa Catarina - foi proposta pelo presidente da Casa, Volnei Morastoni (PT). Ao lançar a campanha que será veiculada continuamente pelos meios de comunicação institucionais (TVAL, Rádio Alesc e AL Notícias), propôs o desafio aos colegas parlamentares e ao próprio Poder enquanto instituição, de responder com mais eficiência ao problema. "O que podemos e devemos fazer enquanto instituição. Este é o desafio que temos", conclamou.

Páginas 6 e 8

## Pedágio na SC-401 não será cobrado

A garantia foi dada pelo procurador-adjunto do Estado, Manoel Cordeiro Jr., durante audiência pública realizada no dia 24 no plenarinho. Cordeiro afirmou que o Estado tem todos os meios legais para impedir que a decisão judicial seja revertida. Estiveram presentes ao debate, representantes do governo, da comunidade, deputados federais e estaduais. A audiência foi requerida pelo deputado Afrânio Boppé (PT).

Página 4



## A vez do campo \*

O modelo da agricultura catarinense precisa ser repensado imediatamente. A pequena propriedade familiar está enfraquecida pela competitividade desigual, em produtos e mercados, com outros setores do campo que utilizam tecnologias de ponta e se valem de sofisticados meios de comunicação para acompanhar, inclusive, as oscilações do mercado interno e mundial.

O momento está apontando para mudanças no sistema produtivo. O caminho é a diversificação do trabalho rural em atividades agrícolas e não agrícolas, assim como a utilização de novas tecnologias, apoiadas por condições político-administrativas, tais como: crédito rural, acesso a mercados, transporte, assistência técnica, entre outros, como fatores viabilizadores dos novos sistema de produção.

Diante da atual conjuntura política de reforma do Estado, é hora de pensar na educação, na assistência técnica e extensão rural, no uso de meios e métodos de comunicação, no marketing e na pesquisa aplicada. Estes mecanismos quando bem acionados, poderão oportunizar um melhor desempenho no exercício da agricultura familiar.

Novas tecnologias demandam novos conhecimentos e as técnicas de pedagogia de

ensino assumem, neste contexto, um papel relevante no alcance, com qualidade, dos novos objetivos: fixação do homem ao campo, abertura de novos mercados, uso rentável da propriedade e novas oportunidades de emprego e renda.

A pesquisa e a extensão rural têm o seu espaço como instrumentos importantes na alimentação desse processo de desenvolvimento. O planejamento da pesquisa aplicada deve ser consoante com as necessidades do agricultor e com as metas pretendidas. A extensão rural, como processo de ensino, representa a ponte que liga a fonte de pesquisa ao produtor. Ela incorpora o conhecimento atualizado e as novas técnicas, que deixam as estações experimentais e as bancadas dos laboratórios e chegam aos centros de produção, promovendo mudanças, modernizando, atendendo necessidades e propondo soluções para os problemas do campo.

O meio rural está confiante. É grande a expectativa sobre os novos rumos da administração estadual no setor agrícola. Vontade política não há de faltar aos novos governantes. A sociedade, com certeza, vai ser convocada a participar dessa grande retomada de crescimento, com qualidade, da nova agricultura catarinense.

\* Deputado Rogério Mendonça - Líder do PMDB

## Consolidando o ensino à distância \*

Estamos solicitando ao Governo do Estado a adoção de uma medida que, se aprovada, terá amplo alcance especialmente junto ao magistério: a de que seja transformada em lei a gratuidade do ensino à distância da Udesc. E mais: que o benefício seja estendido igualmente a todos os professores de Santa Catarina, inclusive os das redes municipais de ensino, já que a medida anterior previa somente os municípios abrangidos pela Lei de Inclusão Social. Defendemos esta tese mas, com certeza, outros parlamentares devem estar fazendo a mesma defesa devido à grande relevância da matéria.

A intenção é a de tornar definitiva uma disposição que até agora é provisória. No final do primeiro semestre do ano passado, o então governador Esperidião Amin assinou decreto decorrente de convênio com a Udesc, que tornava gratuito o sistema de ensino à distância, cabendo ao estado o re-

passe dos necessários recursos. A medida, em caráter emergencial, estendeu-se até o dia 31 de dezembro.

Para atingir o objetivo proposto, o Executivo poderia simplesmente reeditar o decreto que estabeleceu a gratuidade, ampliando o benefício a todos os municípios, ou poderia enviar projeto de lei a este Parlamento, com esta finalidade.

O Curso de Pedagogia à Distância oferecido pela Udesc é considerado um dos melhores do País, segundo avaliação de autoridades do MEC. Se Santa Catarina conseguir estender esta modalidade, será o primeiro estado a dar oportunidade para que se cumpra o que prevê a Lei das Diretrizes e Bases do Ensino, de que até 2006 todos os professores tenham curso de graduação.

\* Deputado Joares Ponticelli - Líder do PPB

## Pergunte ao deputado

perguntaodeputado@alesc.sc.gov.br

**Deputado Francisco de Assis (PT)**, gostaria de saber se foi aceita a sua proposta para que os nove deputados da bancada do seu partido deixem de receber o auxílio moradia, qual o valor deste auxílio e qual é o custo anual com esta vantagem no Legislativo estadual?

Macon Ramos - Santa Cecília

**Resposta:** Os deputados se reuniram no dia 25 deste mês e resolveram procurar via Justiça uma ação para derrubar o auxílio moradia em Santa Catarina. Por enquanto, os deputados estão liberados para receber ou não este auxílio a partir do entendimento de cada um. O valor do mesmo é de R\$ 2, 25 mil mensais e o custo anual ultrapassa os R\$ 2 milhões.

**Deputado Joares Ponticelli (PPB)**, como está sendo resolvido o assunto da ação sobre os mandatos dos deputados Gilmar Knaesel e Simone Schramm, que se desfilaram do partido logo depois de tomar posse?

Cláudio Rodrigues - Blumenau

**Resposta:** O assunto está sendo estudado pelo partido que vai requerer indenização ou a devolução dos mandatos, pois os dois deputados se elegeram pelo PPB no último pleito e abandonaram a legenda. Nenhum dos dois se elegeu por votos pessoais e sim pela legenda. O partido defende a tese de que o mandato é uma sentença da Justiça e a mudança contraria essa sentença. Mesmo que a Justiça não aceite esta ação, a intenção do partido é abrir o debate sobre a reforma política que está parada no Congresso há mais de 6 anos.

## O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Gostaria de sugerir aos responsáveis pelo AL Notícias a divulgação dos e-mails dos deputados para que o leitor possa manter contato no caso de reivindicações, críticas ou sugestões para os mesmos.

Anderson Dallazen - Concórdia

Vamos estudar a forma mais adequada para inserir o endereço eletrônico nas matérias parlamentares. No entanto, já estão disponível no site da Assembleia [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br), onde o cidadão poderá obter maiores informações sobre os parlamentares e seus mandatos.

Estou escrevendo para parabenizar o jornal pela iniciativa em divulgar trabalhos sociais envolvendo comunidades carentes. Conheço pessoalmente o padre Wilson Groh e fiquei muito feliz quando da reportagem *Cidadania com a graça de Deus* (nº 114), e mais ainda nessa última edição quando ele coordenou debate com as autoridades constituídas, apresentando um diagnóstico da violência nos Morros de Florianópolis.

Tomo a liberdade de enviar uma mensagem a todos que participaram do encontro: "A violência é nossa companheira diária e todos reclamam, discutem, diagnosticam, mas poucos, na verdade, ajudam a combater".

Giuliana Zanini - Florianópolis

## JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Mesa

**Presidente:** Volnei Morastoni (PT)

**1º Vice-Presidente:** Onofre Agostini (PFL)

**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)

**1º Secretário:** Romildo Titon (PMDB)

**2º Secretário:** Altair Guidi (PPB)

**3º Secretário:** Sérgio Godinho (PTB)

**4º Secretário:** Francisco de Assis (PT)

**Conselho Editorial:** Cleia Braganholo, Eduardo Rocha, Ilson Chaves, Jonas Lemos Campos, Marise Ortiga, Mirela Maria Vieira

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

### Divisão de Imprensa

**Diretora:** Marise Ortiga Rosa

**Coordenador de Imprensa:** Jonas Lemos Campos

**Jornalista responsável:** Cleia Braganholo - DRT/SC 974

**Redatores:** Cleide Winckler, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic e Tatiana Kinoshita

**Estagiária:** Denise Arruda Bortolon

**Assessores de Imprensa:** Acácio Martins, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Clodoaldo Volpato, Danilo Barcellos Coutinho, Emanuelle Torres, Estevo Derech, Evandro Saad, Felipe Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, José Luiz Arruda, Júlio Cancellier, Kélen Barbini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luciano Oliveira, Luiz Arruda, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Regina Zandomênicco, Rita de Cássia Lombardi, Roger Alexandre, Ula Weiss e Valmir Matos

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn e Valeska Bittencourt Coelho

**Diagramação:** Rafael dos Santos

**Revisão:** Mirela Maria Vieira

**Chefe da Fotografia:** Solon Soares

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Pesquisa e Elaboração:** Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Feitas e Ronaldo Rolnei Souza

**Expedição:** Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid, Simone Marçal Alves e Carla Fabiana Faria dos Santos

Distribuição: Setor de Expedição  
Impresso na Artes Gráficas Riosul



## Mulheres negras lutam pela prevenção à anemia falciforme

Uma pauta de reivindicações na área da educação foi apresentada segunda-feira, 24, ao presidente da Assembléia, Volnei Morastoni (PT), por representantes do Fórum das Mulheres Negras e Centro de Direitos Humanos da Grande Florianópolis.

Entre as medidas solicitadas estão a instituição pela Casa de um programa de estágio para estudantes negros que poderia ser desenvolvido na AL; a discussão sobre a implantação no currículo escolar da matéria de História da África, prevista em lei federal sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva; e o pedido de intermediação de audiência com o governador Luiz Henrique da Silveira, para discutir a implementação de exames preventivos à anemia falciforme (doença hereditária causada por uma alteração na forma dos glóbulos vermelhos do sangue que ficam em forma de foice e têm dificuldade para passar pelos vasos sanguíneos, causando crises de dores e aumentando

o trabalho do coração). A Lei Estadual nº 12.131, resultado de projeto apresentado por Morastoni, teve sua inconstitucionalidade apontada pelo Tribunal de Justiça. (TJ), em ação argüida pelo governo do Estado.

**Política** - Arilda Nanci dos Passos Cerqueira, representante do Fórum de Mulheres Negras, destacou que qualquer política, como a adoção de jovens negros bolsistas, terá enorme repercussão neste segmento que representa 8% da população catarinense, além de ser uma maneira de tirar os jovens

de posições de risco. "O impacto como política afirmativa será muito grande".

O presidente Morastoni considerou viável as propostas e garantiu que irá estudar maneiras como as quais o Legislativo poderá se envolver nestas questões. "O que se prega para fora, temos que desenvolver dentro da instituição. Se queremos que a sociedade assuma compromissos devemos dar o exemplo. É importante interagirmos com as organizações de maneira que juntos possamos encaminhar soluções". (SD)



Legislativo acolhe propostas

## Grupo parlamentar Ítalo-Brasileiro em Santa Catarina

O deputado Rogério Mendonça (PMDB), líder do PMDB, vai coordenar o 1º grupo parlamentar Ítalo-Brasileiro em Santa Catarina. A definição ocorreu, semana passada, durante a visita do Cônsul da Itália, Mário Trampetti, à Assembléia. Este grupo, a ser constituído, será responsável pela integração de autoridades brasileiras e italianas, pelo contato entre consulados e por encontros entre empresários dos dois países.

Durante a visita, o cônsul relatou aos deputados os intercâmbios mantidos entre os dois países nas áreas da educação e do trabalho. Revelou que Santa Catarina foi o primeiro estado da federação a incluir o aprendizado da língua italiana no currículo escolar. A parceria com o

governo italiano tem garantido o fornecimento de material didático e a troca de experiências entre professores. Trampetti citou também o intercâmbio para qualificação de mão-de-obra em mecânica avançada, oferecido a jovens de descendência italiana.

O deputado Mendonça, que possui cidadania italiana e intermediou a visita ao Legislativo, questionou o cônsul quanto a possibilidade de realização de um curso intensivo de italiano para os parlamentares catarinenses durante o recesso. "Alguns deputados já demonstraram interesse em aperfeiçoar o idioma. O aprendizado, com certeza, vai contribuir para que haja uma integração maior com as autoridades daquele país", afirmou. (MR)



Cônsul italiano entre Morastoni e Mendonça

## Eslováquia quer parceria comercial com SC

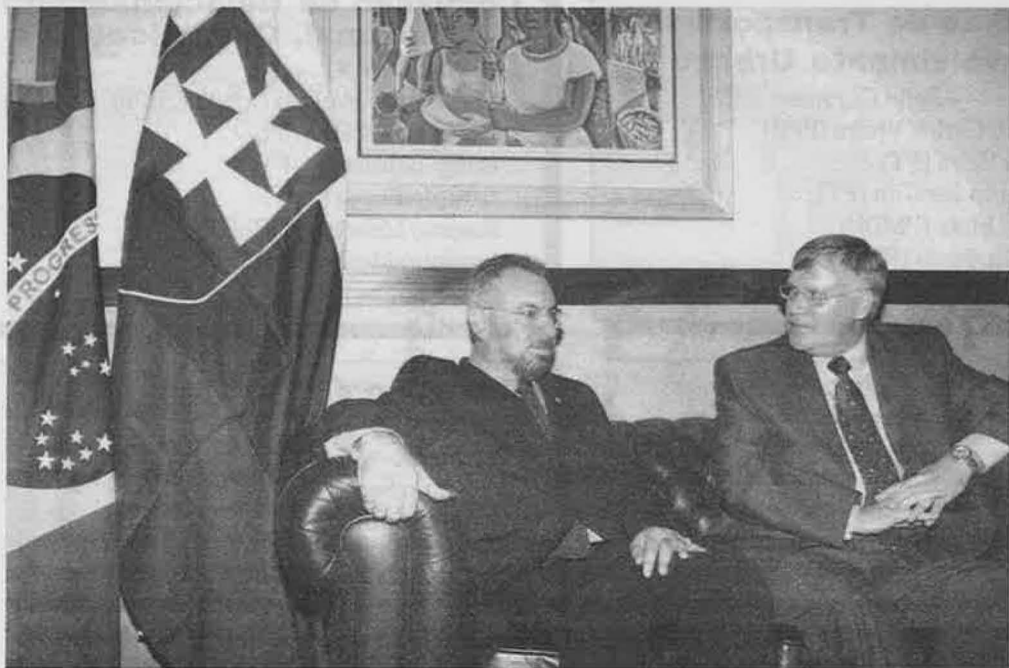
O presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), recebeu dia 27 o embaixador da Eslováquia, Jozef Adamec.

Em uma breve conversa, Adamec deixou clara a intenção da Eslováquia em firmar uma parceria comercial e cultural com o estado. "Queremos estabele-

cer um intercâmbio comercial com Santa Catarina em várias áreas, já que nossa experiência na área de compressores foi bem sucedida. Queremos agora ampliar o leque, incluindo intercâmbio cultural entre nossos jovens", comentou.

Morastoni afirmou que a As-

sembléia irá contribuir da melhor maneira para que essa parceria se firme o mais rápido possível. "Já temos convênios do gênero com a China e só tem trazido bons resultados. Acredito que as relações internacionais são de extrema importância para a paz", afirmou. (TK)



Presidente da AL e embaixador

## TCE solicita desarquivamento de projetos

O presidente e conselheiro do Tribunal de Contas, Salomão Ribas Jr, esteve na Assembléia quando entregou pedido de desarquivamento de um projeto de lei e um projeto de emenda constitucional ao presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT).

Segundo Ribas, o Projeto de Lei Complementar nº 23.3/02 contém uma proposta de alteração do artigo 119 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado (TCE). A alteração permitiria a prorrogação do prazo para os Poderes do Estado e dos Municípios implantarem o sistema de controle interno. "Esta modificação atende à reivindicação da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) que pleiteia a prorrogação, até o final do exercício de 2003, do prazo de implantação do controle interno pelos poderes e órgãos da administração pública estadual e

municipal", explicou. "A Lei Complementar 202/2000 estabeleceu o prazo de 180 dias a partir da sua publicação, que ocorreu em 15 de dezembro de 2000, para a implantação do sistema de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No entanto, os municípios ainda não superaram as dificuldades para a implantação dos controles internos", completou.

Já o projeto de Emenda Constitucional se refere à necessidade de se fixar um prazo na Constituição do Estado para a emissão de parecer prévio sobre as contas prestadas pelos prefeitos dos municípios. A Emenda acrescenta um 5º parágrafo, no artigo 113, com a seguinte redação: "O Tribunal de Contas do Estado emitirá parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Prefeito até o último dia do exercício em que foram prestadas". (TK)



## Procurador garante que não haverá cobrança de pedágio na SC-401

Tatiana Kinoshita

O procurador-adjunto do Estado, Manoel Cordeiro Jr, afirmou durante audiência pública realizada no dia 24, que os florianopolitanos "não precisam se preocupar", uma vez que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) garante que este pedágio nunca será ativado. "Temos todos os meios legais a nosso favor", assegurou. "Além disso, não adianta a empresa responsável pela obra fazer terrorismo, dizendo que vai começar a cobrar pedágio no início do próximo mês, já que ainda é necessário fazer o cadastramento dos moradores do norte da Ilha e outras formalidades que não se resolvem do dia para a noite", finalizou.

A audiência foi realizada por solicitação do líder da bancada petista, deputado Afrânio Boppré, justamente para ampli-



Audiência pública

ar o debate e buscar soluções sobre o impasse provocado pela decisão da Justiça em autorizar a empresa Engepasa a cobrar pedágio na rodovia SC-401, que liga o centro ao Norte da Ilha. Participaram da audiência pública, além do procurador-adjunto, o diretor do De-

partamento de Estado de Infra-estrutura, Romoaldo França Jr, representantes da comunidade, como o presidente do movimento Floripa sem Pedágio, Ivânio da Luz, além do presidente do Legislativo, Volnei Morastoni (PT). De Brasília, vieram os deputados federais

Adelor Vieira (PMDB), Mauro Passos (PT) e a senadora Ideli Salvatti (PT).

A audiência foi aberta pelo presidente Morastoni, que parabenizou a iniciativa de Boppré em discutir o tema novamente com uma mesa tão bem articulada.

Boppré lembrou que essa audiência precisava ser realizada, uma vez que, desde dezembro passado, a Assembléia já havia se posicionado à respeito do pedágio da SC-401. Votou a favor da não-cobrança do pedágio, além de dar plenos poderes ao então governador para suspender de vez essa possível cobrança, junto à empresa Engepasa Engenharia de Pavimento, responsável pela obra.

O diretor do Departamento de

Estado de Infra-estrutura, Romoaldo França Jr, informou que uma comissão técnica foi nomeada logo após a aprovação da lei na Assembléia. "Essa comissão está realizando levantamentos técnicos da SC-401, como vias de acesso, espessura de asfalto, para respaldar o governo do Estado na análise da extinção contratual com a empresa responsável pela obra", explicou.

A senadora Ideli Salvatti (PT) afirmou que a empresa ainda está requerendo uma indenização pela não cobrança do pedágio. Já o deputado Mauro Passos comentou que a prefeita Angela Amin "deveria tomar uma posição mais firme a respeito do assunto".

Segundo o presidente do movimento *Floripa sem Pedágio*, Ivânio da Luz, o debate precisa continuar sendo realizado, até o fantasma do pedágio ser totalmente afastado.

## Definidos nomes que comporão as Comissões Permanentes

Os partidos políticos chegaram a um consenso quanto aos nomes que vão compor as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa no dia 26 antes mesmo do término do prazo regimental. Consensualmente, também estão definidos os presidentes de cada uma. Regimentalmente, compostas as comissões, estas são convocadas para reunir-se pelo parlamentar mais idoso e com maior número de mandatos, para eleger o presidente e vice. Depois de lidas as composições em plenário, foi definido que no dia 5, quarta-feira, às 14h, as comissões serão convocadas para referendar os presidentes.

Os deputados que irão compor as Comissões Permanentes são:

### Comissão de Constituição e Justiça

Presidente - João Paulo Kleinubing (PFL)  
Joares Ponticelli (PPB)  
Afrânio Boppré (PT)  
Paulo Eccel (PT)  
Herneus de Nadal (PMDB)  
Ronaldo Benedet (PMDB)  
Jorginho Mello (PSDB)  
Julio Garcia (PFL)

### Comissão de Finanças e Tributação

Presidente - Djalma Berger (PFL)  
Antônio Carlos Vieira (PPB)  
Reno Caramori (PPB)  
Wilson Vieira (PT)  
Dionei Walter Silva (PT)  
Rogério Mendonça (PMDB)  
Manoel Mota (PMDB)  
Jorginho Mello (PSDB)  
Antônio Ceron (PFL)

### Comissão de Segurança Pública

Presidente - João Rodrigues (PFL)  
Lício Mauro da Silveira (PPB)  
Nilson Nelson Machado (PPB)  
Wilson Vieira (PT)  
Dionei Walter da Silva (PT)  
Ronaldo Benedet (PMDB)  
Narcizo Parisotto (PTB)

### Comissão de Agricultura e Política Rural

Presidente - Mauro Mariani (PMDB)  
Valmir Comin (PPB)  
Pedro Baldissera (PT)  
Dionei Walter da Silva (PT)  
Narcizo Parisotto (PTB)  
João Rodrigues (PFL)

### Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

Presidente - Odete de Jesus (PL)  
Nilson Nelson Machado (PPB)  
Nelson Goetten (PPB)  
Ana Paula Lima (PT)  
Dionei Walter da Silva (PT)  
Mauro Mariani (PMDB)  
Cesar Souza (PFL)

### Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

Presidente - Reno Caramori (PPB)  
Antonio Carlos Vieira (PPB)  
Wilson Vieira (PT)  
José Paulo Serafim (PT)  
Manoel Mota (PMDB)  
Odete de Jesus (PL)  
Julio Garcia (PFL)

### Comissão de Educação, Cultura e Desporto

Presidente - Paulo Eccel (PT)  
Celestino Secco (PPB)  
Lício Mauro da Silveira (PPB)  
Afrânio Boppré (PT)  
Rogério Mendonça (PMDB)  
Odete de Jesus (PL)  
Djalma Berger (PFL)

### Comissão de Saúde

Presidente - Clésio Salvaro (PFL)  
Nilson Nelson Machado (PPB)  
Nelson Goetten (PPB)  
Ana Paula Lima (PT)  
José Paulo Serafim (PT)  
Genésio Goulart (PMDB)  
Luiz Eduardo Cherem (PSDB)

### Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia

Presidente - Valmir Comin (PPB)  
Antônio Carlos Viera (PPB)  
Afrânio Boppré (PT)]  
Paulo Eccel (PT)  
Herneus de Nadal (PMDB)  
Dado Cherem (PSDB)  
João Paulo Kleinubing (PFL)

### Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e Mercosul

Presidente - Nelson Goetten (PPB)  
Joares Ponticelli (PPB)  
Pedro Baldissera (PT)  
Afrânio Boppré (PT)  
Rogério Mendonça (PMDB)  
Jorginho Mello (PSDB)  
Cesar Souza (PFL)

### Comissão de Turismo e Meio Ambiente

Presidente - Dado Cherem (PSDB)  
Celestino Secco (PPB)  
Valmir Comin (PPB)  
Ana Paula Lima (PT)  
José Paulo Serafim (PT)  
Manoel Mota (PMDB)  
Antônio Ceron (PFL)



## Quatro Fóruns Permanentes já foram criados

Os Fóruns foram aprovados em plenário nas duas últimas semanas. Previstos no artigo 40 do novo Regimento Interno, substituíram a antiga figura das comissões temporárias. Sua criação depende de requerimento assinado por pelo menos 10 parlamentares, e devem, obrigatoriamente, tratar de matérias de interesse do povo catarinense e que não possam ser acompanhadas pelas Comissões Permanentes. Integram os Fóruns, no mínimo, um deputado de cada partido. Vereadores, deputados estaduais e senadores por Santa Catarina, e mesmo de outros estados, podem ser convidados a integrá-los. Sua duração tem prazo indeterminado, extinguindo-se no final da legislatura na qual foram constituídos ou quando requerido em plenário.

### Reorganização do Frigorífico Chapecó

A situação de mais de 2.500 produtos integridades, nas áreas de suínos e aves, que abastecem a empresa Chapecó Companhia e Indústria de Alimentos S.A (Frigorífico Chapecó), podendo atingir até 50 mil pessoas envolvidas direta e indiretamente na cadeia produtiva, gerou a aprovação, no dia 25, do Fórum proposto pelo deputado João Rodrigues (PFL). O requerimento aprovado em plenário, com o aval de toda a bancada pefelista, determina que o Fórum vai acompanhar o processo de reorganização e reestruturação da empresa.

"A empresa está produzindo no seu limite, mas os produtores e fornecedores não estão sendo pagos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o maior acionista, portanto só depende do governo federal por a mão e resolver o problema", salientou Rodrigues. Segundo ele, o BNDES assumiu quase que integralmente o frigorífico depois que o grupo argentino Maggri foi afastado pelo próprio banco estatal de fomento. A maior parte dos produtores, que enfrentam uma série de crises - como a falta de ração para as aves, que acabam comendo uma às outras, e a falta de crédito -, não recebe pagamento pelo que entrega à empresa há quase cinco meses, o que representa em vários casos mais de R\$ 100 mil em prejuízos. Com isso, os produtores também não têm como honrar os financiamentos bancários que vencem em abril, informou o parlamentar.

"Não faço idéia de porque o milho, que é matéria essencial na ração das aves, não



rodrigues@alesc.sc.gov.br

está chegando. Não sabemos porque a empresa, que abate 320 mil frangos/dia não está pagando. Há uma série de problemas que precisam de solução imediata e exigem a ação do governo", resumiu, lembrando que o Frigorífico tem 5 mil empregados que "também estão em situação de ansiedade e insegurança".

A intervenção e atuação imediata do BNDES foi solicitada em moção também da autoria de Rodrigues e foi endereçada ao seu diretor-presidente, Carlos Francisco Machado Ribeiro de Lessa, e ao diretor-presidente do Frigorífico, Alex Renato Fontana. O deputado afirmou, ainda que, além da intervenção do BNDES, como medida imediata o Sindicato dos Avicultores da região propõe a formação de uma cooperativa, para reintegralizar a empresa. (MMV)

### Defesa do Besc

Todas as questões que envolvem a privatização do Banco catarinense, já federalizado, serão acompanhadas pelo Fórum Permanente do Besc. A proposta foi feita inicialmente pelos deputados Francisco de Assis (PT), Narciso Parizotto (PTB), Joares Ponticelli (PPB) e Jorginho Mello (PSDB), e vai contar com a participação de vários segmentos da sociedade.

Assis declarou que é preciso ganhar tempo, já que o Banco Central fixou até o final do mês de junho para uma definição sobre o assunto. "O presidente Lula não deixará que o Besc seja privatizado. Esse foi um dos seus compromissos de campanha - dele e do governador Luiz Henrique. As palavras serão honradas", garantiu.

Ainda sobre este tema, o deputado Antonio Carlos Vieira (PPB), que no governo passado foi secretário da Fazenda, apresentou requerimento convidando o dire-

tor do Banco Central (BC), Carlos Eduardo de Freitas, para que compareça à Assembleia para falar da situação do Banco em 31 de dezembro de 1998. Vieirão afirmou que o banco somente é viável com a injeção de capital que, segundo ele foi deteriorado por más administrações. Não é a primeira vez que Carlos Eduardo de Freitas é convidado para falar sobre a situação do Besc pelo Legislativo catarinense. Durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para levantar as razões que levaram à federalização do banco por R\$ 2,1 bilhão, em 1999 - conta que já está sendo paga juntamente com as parcelas mensais transferidas à União para honrar a dívida de Santa Catarina -, ele foi convidado pelas mesmas razões. Freitas pertence aos quadros do Banco Central, órgão federal, portanto, sem qualquer obrigação legal em atender a convites de CPIs estaduais ou municipais. (RMPP/MMV)

### Rodovias

As diversas implicações relativas às rodovias federais que cruzam o território catarinense, em especial as BRs-101, 282, 470 e 116, ficaram sob análise constante de outro Fórum, criado a partir de iniciativa do deputado Joares Ponticelli (PPB) e com as assinaturas regimentais exigidas.

A justificativa dada pelos deputados foi de que o estado, produtor por excelência, vem acumulando prejuízos anuais, não pelas dificuldades no escoamento de sua produção, mas por causa da precariedade das rodovias federais que cruzam seu território.

A pavimentação asfáltica da BR-282 - trecho Lages/Campos Novos é uma reivindicação dos municípios daquela região que tem atravessado décadas sem, no entanto, ser atendida. Para tratar deste assunto, especificamente, foi criado o quarto Fórum, por iniciativa do deputado Romildo Titon (PMDB). Além dos parlamentares, prefeitos, vereadores, empresários e líderes sindicais vão integrá-lo. "Precisamos de ações concretas que viabilizem o asfaltamento dessa rodovia, que tem significativa importância para o desenvolvimento econômico da região e do Estado", disse o parlamentar. (RMPP)

### Ítalo-brasileiro

Os parlamentares Rogério Mendonça (PMDB) e Joares Ponticelli (PPB), em conjunto com mais 19 deputados, estão solicitando a constituição do Fórum Permanente Ítalo-Brasileiro no Legislativo

Catarinense.

Segundo os parlamentares, este fórum se baseia na importância da colonização italiana e toda contribuição cultural que ela forneceu e ainda fornece a Santa Catarina.

### Apoio à mulher em situação de violência

O deputado Wilson Vieira (PT) - o Dentinho -, deu entrada em projeto de lei que institui o Programa Estadual de Apoio à Mulher em Situação de Violência. Conforme o projeto, está prevista a instalação de centros de apoio,

lhidas nos centros, as mulheres e seus filhos, cujo retorno ao domicílio representa efetivo risco de vida, segundo avaliação da Delegacia de Proteção à Mulher.

Dados - Para justificar o projeto, o parlamentar apresentou dados levantados no ano de 1997 em Joinville onde, somente nos meses de Janeiro a abril foram atendidas pela Delegacia de Proteção à Mulher, 300 ocorrências com 254 agressões físicas. No ano de 2002, em Florianópolis, até o mês de setembro, foram registrados 445 ocorrências de

sob a responsabilidade do Estado, que oferecerá abrigo, alimentação, assistência social, jurídica, psicológica e médica às mulheres em situação de violência, atuando na reorientação do universo pessoal e familiar, valorizando suas potencialidades e a busca de sua independência econômica através de capacitação profissional.

Em Joinville, já existe a lei com teor semelhante apresentado pelo próprio deputado Dentinho, na época, vereador no município. Agora, ele quer implantar o projeto em todo o estado.

Mulheres e seus filhos menores de 14 anos em situação de violência devem ser atendidos pelo Programa, que prestará ainda serviços de apoio e assessoria às entidades que desenvolvam ações voltadas ao atendimento à mulher. Serão aco-

agressões domésticas contra mulheres. Em função da falta de políticas adequadas para atendimento e acompanhamento dos casos, grande parte das ocorrências nem chegam a ser registradas. Para o deputado Dentinho, a implantação de um programa que atenda a mulher em situação de violência, passa a ser não só uma necessidade, mas um direito, tendo em vista que o Programa se constituirá em mais um instrumento de transformação da realidade social. (RA)



dentinho@alesc.sc.gov.br



# Gapa sinônimo de solidariedade

Tatiana Kinoshita

Há 18 anos a voluntária Helena Edilia Lima Pires trabalha em uma das organizações não governamentais mais solidificadas de todo país: o Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA), que atua na área de prevenção e assistência aos portadores do vírus HIV, independente de suas posições sociais, político-partidárias, ideológicas, religiosas e profissionais.

Heleninha, como é conhecida, foi uma das pioneiras na assistência aos portadores do vírus, quando o Gapa ainda nem existia e os voluntários trabalhavam no hospital Celso Ramos no início dos anos 80. Com o crescimento da epidemia, os próprios voluntários sentiram a necessidade de se organizar e resolveram montar uma ONG, inspirando-se nos Gapas já existente em São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1984, foi fundado o Gapa Florianópolis, cuja missão é lutar, legalmente, por uma política de saúde pública, assim como informar e educar sobre o assunto. Atualmente, o Gapa também atua nas cidades de Tubarão, Chapecó e Rio do Sul.

A atual presidente do Gapa afirmou ao AL Notícias que as atuais campanhas de prevenção à AIDS não surtem o efeito necessário, já que é cada vez maior o número de adolescentes infectados, assim como mulheres. Para Heleninha, só a união entre sociedade e governo podem cessar essa epidemia.

**AL Notícias - Qual sua opinião a respeito das atuais campanhas de prevenção à Aids? Elas surtem efeito em todas as esferas da sociedade?**

**Helena Edilia Lima Pires** - Na minha opinião não chegam nem perto disso. As campanhas realizadas são muito pontuais. Por exemplo, na época do carnaval vem uma enxurrada de propaganda na tevê e distribuição de panfletos, mas passados os quatro dias de folia até parece que as pessoas param de fazer sexo, pois a vinculação diminui drasticamente.

**AL Notícias - O que precisa ser feito para reverter essa situação?**

**Heleninha** - Para as campanhas surtirem efeito elas têm que ser veiculadas todo o tempo, sem trégua. Há 10 anos



Helena Edilia Lima Pires

foi aprovada uma lei na qual as escolas teriam aulas de educação sexual com profissionais treinados. Isso não ocorre como deveria nas escolas públicas. Outro problema é com mulheres grávidas. Nem todas, principalmente as mais pobres, fazem pré-natal. O pior é que não existe campanhas específicas para adolescentes. Mas para começar tudo isso, é extremamente necessário que o Ministério da Saúde forneça boletins epidemiológicos periódicos, para sabermos quais setores da sociedade precisam de campanhas com mais urgência. Foi a época em que AIDS era doença de homossexual e profissionais do sexo. Hoje, a contaminação está crescente entre garotas de 12 a 19 anos e mulheres casadas entre 23 e 40 anos.

Hoje sabemos, por fonte segura, que Florianópolis já tem mais infectados do que Balneário Camboriú, uma das cidades campeãs do Brasil.

**AL Notícias - Como a Assembléia Legislativa pode ajudar a diminuir a epidemia no estado?**

**Heleninha** - A Assembléia pode elaborar leis contra a discriminação, garantindo os direitos dos infectados, como receber remédios, por exemplo. O Legislativo poderia trabalhar em parceria com as Ongs e desenvolvermos projetos em conjunto, como o dos adolescentes que falei antes.

**AL Notícias - E como fica o papel da Igreja Católica na campanha do uso da camisinha?**

**Heleninha** - A Igreja Católica tem outra maneira de trabalhar. Eles também desenvolvem projetos de prevenção, mas de uma maneira mais peculiar. Sou católica, vou à missa aos domingos e sei que a Igreja, à sua maneira, está trabalhando contra a epidemia. Apesar de católica não vou dar uma de pudica. Sexo é bom e todo mundo faz. A Igreja sabe disso e se tocou que não adianta tampar o sol com a peneira. Mas mantém projetos que ensinam as pessoas a respeitar seu corpo, fazer sexo com responsabilidade, respeitar o parceiro e ser fiel a ele. Cada um trabalha à sua maneira e todos juntos conseguem bons resultados.

**AL Notícias - O Brasil é referência mundial na distribuição de remédios aos soro-positivos. Como isso funciona em Santa Catarina?**

**Heleninha** - A distribuição dos remédios retro-virais é feita normalmente nos postos de saúde. O problema está na distribuição da medicação contra doenças oportunistas que, muitas vezes, faltam aqui no estado. Mas de uma maneira geral a distribuição é bem feita e o tempo de vida dos infectados está cada vez maior em toda Santa Catarina.

## VIA BRASÍLIA

Durante os próximos seis meses o deputado federal Carlito Merss (PT) coordenará os trabalhos do Fórum Parlamentar Catarinense, formado por 16 deputados federais e três senadores. "Trabalhamos apenas com assuntos de consenso onde não há divergências partidárias", disse o parlamentar. Entre as atividades consideradas prioritárias está a duplicação do trecho Sul da BR-101, seguida de melhorias nas BRs 280, 282 e 470, construção da Barragem do Rio São Bento e trabalhos nas áreas da saúde e de saneamento.

Salvar o Besc da privatização é tarefa considerada emergencial para o novo coordenador. Ele disse que talvez essa não seja a posição de todos os integrantes do fórum. "Os últimos governos destruíram o banco, mas penso que ainda dá para salvá-lo e mantê-lo como banco público."

Na administração dos trabalhos, Carlito defende a descentralização. O deputado disse que a Federação

Catarinense de Municípios (Fecam) e o governo do Estado são peças-chave na engrenagem do fórum. "Queremos visitar os municípios, ver de perto suas dificuldades, evitando que os prefeitos se desloquem até Brasília, muitas vezes sem obter resultados", salientou. A intenção é transformar a Fecam numa entidade que auxilie diretamente os municípios, como por exemplo, na elaboração de um projeto.

Pertencendo hoje à base governista, Carlito Merss finalizou dizendo que tentará ser "uma ponte" entre o presidente Lula e o governador Luiz Henrique.

### Refinaria em SC

A senadora Ideli Salvatti (PT) conseguiu sensibilizar o governo estadual para entrar na briga com os estados do Ceará, Rio de Janeiro e Espírito Santo por uma das três refinarias que a Petrobras pretende construir. Luiz Henrique acionou sua equipe para definir estratégias para competir com os outros estados. No Rio, a campanha já começou com a participação de empresários e está até mes-

mo nas contas de luz.

### Banco da Terra

O deputado Odacir Zonta (PPB) - que integra a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados -, propôs a convocação do ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, para explicar detalhadamente porque o programa Banco da Terra foi suspenso. Quer ouvi-lo no começo de março. O parlamentar defende o programa como um modelo auxiliar no processo de reforma agrária. O governo federal listou várias irregularidades, sugerindo que pode ter havido malversação de dinheiro público.

### Gerasul

Titular da Comissão de Energia na Câmara, o deputado Mauro Passos (PT) encaminhou requerimento solicitando uma audiência pública com as diretorias atuais e anteriores da Eletrosul e da Eletrobras. Quer esclarecimentos sobre o projeto de cisão e privatização da Gerasul. (RMPP/MMV)



## PLENÁRIO

# Reapresentado projeto para combater desmanche

O projeto de lei que regulamenta o comércio de peças, componentes e acessórios de veículos provenientes de carros usados, foi reapresentado pela terceira vez pelo seu autor, deputado Francisco de Assis (PT).

Aprovado anteriormente no Legislativo, o projeto foi vetado pelo governo passado. "Não existe lei que regulamente esse tipo de comércio em Santa Catarina. Nossa preocupação é com o aumento no número de veículos furtados e roubados da população, que depois são desmontados ilegalmente e as peças usadas vendidas sem que haja nenhuma fiscalização", alertou.

O projeto que teve apoio imediato do seu colega de partido, deputado Paulo Eccel, prevê que todos os estabelecimentos comerciais que trabalhem nessa atividade deverão ter registro no órgão da administração que o Executivo determi-



assis@alesc.sc.gov.br

nar como responsável. No caso dos desmanches, estes ficam obrigados a ter cadastro na secretaria da Fazenda. Os veículos para desmanche, as-

sim como as peças e acessórios, serão destinados aos estabelecimentos registrados.

**Autonomia para bombeiros** - Assis apresentou ainda um projeto de emenda constitucional que dá autonomia administrativa e financeira aos bombeiros estaduais, com a desvinculação da polícia militar. A proposta do parlamentar é que o Corpo de Bombeiros Militar deve ser um órgão da administração pública do Estado, subordinado ao Executivo - uma tendência nacional e desejo da maioria da corporação, segundo o petista. "É preciso diminuir custos e melhorar o atendimento à população. O bombeiro passa primeiro por um treinamen-

to como policial militar e depois por outro treinamento para ser bombeiro, o que não é viável", argumentou. (RMPP/TK)

## Godinho critica cortes no orçamento da União

Os cortes no orçamento federal foram criticados pelo deputado Sérgio Godinho (PTB). Ele informou que obras em 62 municípios catarinenses, contempladas no orçamento da União através de emendas de parlamentares do estado, estão paralisadas devido ao cancelamento unilateral dos contratos firmados pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Através do decreto 4526, o repasse de recursos que representam a contrapartida de muitas obras em Santa Catarina foi sumariamente cancelado", disse. Godinho informou ainda, que o município mais atingido com a medida foi Palhoça, que deixa de receber R\$ 4,1 milhões. Lages, município que representa a base eleitoral do parlamentar, deixou de receber R\$ 1,2 milhões. (SD)

## Pedido à ministra do Meio-Ambiente

O deputado Reno Caramori (PPB) está solicitando à ministra do Meio-Ambiente, Marina Silva, e ao deputado federal Gervásio Silva (PFL) medidas urgentes visando revogar a portaria nº 508 de 20/12/2002, que estabelece fixação de 3 unidades de conservação para preservação de Araucárias, Imbuías e outras espécies nativas. A medida atinge quatro municípios do Oeste catarinense (Água Doce, Ponte Serrada, Passos Maia e Aberlândia Luz), numa área total de

332 mil hectares, sem qualquer estudo técnico adequado e sem a devida convocação de audiências públicas necessárias, argumenta ele.

Segundo Caramori, se a portaria não for revogada, tornará inexecutível o trabalho de centenas de empresas ligadas aos setores madeireiro, de papel e celulose, pequenas propriedades agrícolas que paralisarão suas atividades, além dos assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST). (TK)

## Pedidos de informação

O deputado Wilson Vieira (PT) enviou ao diretor Geral da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), Sérgio Grando, uma carta solicitando a relação das empresas notificadas pela FATMA nos anos de 2000, 2001 e 2002, pela prática de crime ambiental, localizadas na área de abrangência da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina - Amunesc.

Também requisitou a relação das empresas instaladas na região que receberam licenças ambientais emitidas pela Fatma no referido período, incluindo as Licenças Ambientais Prévias (LAP), Licenças Ambientais de Instalação (LAI) e Licenças Ambientais de Operação (LAO).

**DER e Badesc** - O deputado Afrânio Boppré (PT) questiona o governador Luiz Henrique da Silveira so-

bre a relação das prefeituras municipais beneficiadas pela doação de máquinas do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) pelo Poder Executivo, no período de julho a dezembro de 2002. Boppré solicita também a cópia dos documentos que comprovem a transferência de recursos efetuado do Badesc pelo ex-governador Esperidião Amin, no final de seu governo, com a finalidade de angariar recursos para pagamento dos servidores públicos.

**Bolsas de Ensino Superior** - O deputado Pedro Baldissera (PT) solicita ao governador informações sobre o valor dos recursos que será transferido ao longo do exercício financeiro de 2003 à cada uma das fundações educacionais de ensino superior instituídas por lei, vinculadas ao Sistema Acafe, conforme determina o Art. 170, além de

cronograma e critérios utilizados.

**SC-440** - O deputado Joares Ponticelli (PPB) questiona o secretário de Estado de Infra-estrutura sobre o processo licitatório da pavimentação da SC-440, trechos Tubarão-Guarda e Pedras Grandes-Orleans. A obra tem recursos assegurados pelo Programa BID-IV e o deputado pretende saber qual a data prevista para o lançamento do edital de licitação do programa. (DAB/TK)

## Assédio sexual será debatido no plenarinho

No próximo dia 7 de março ocorre no plenarinho da Assembleia Legislativa, das 16h às 21h, o II Tribunal Popular sobre Assédio Moral e Sexual nas Relações de Trabalho. Promovido pela Comissão Organizadora do Tribunal Popular sobre Assédio Moral e Sexual nas Relações de Trabalho este é um evento educativo e aberto à sociedade.

O Tribunal vai envolver a participação de organizações sindicais, movimentos sociais, parlamentares e outras pessoas do campo de-

mocrático e popular da Grande Florianópolis, e faz parte das atividades do Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Por se tratar de um problema que atinge toda a sociedade, este evento pretende abordar as várias formas de violência a que os trabalhadores estão submetidos, mas que atingem, sobretudo, as mulheres.

Quem quiser participar pode antecipar sua inscrição através do site [www.tribunalpopular.hpg.com.br](http://www.tribunalpopular.hpg.com.br). Mais informações pelo fone (48) 224.0844 ou 223-6452. (TK)

## Audiência pública para discutir impactos ambientais

O deputado Francisco de Assis (PT) encaminhou requerimento para o diretor geral da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Sérgio Grando, para a realização de uma nova audiência pública para discutir os possíveis impactos ambientais gerados pelo aterro sanitário para disposição de resí-

duos urbanos, solicitado pela empresa Blumeterra Comércio e serviços Ltda, de Blumenau. Ele quer averiguar se as questões levantadas na audiência pública realizada em março de 2001 foram solucionadas.

O relatório, elaborado por uma empresa de engenharia sanitária e ambiental, explica que a atividade de processa-

mento de resíduos sólidos industriais por inertização não apresenta qualquer tipo de impacto negativo sobre o meio-ambiente. Pelo contrário, pode até melhorar as condições ambientais no município de Blumenau, por controlar resíduos sólidos que as empresas da região hoje não controlam. (DAB)

## Debate sobre educação à distância

A reedição do decreto governamental 5.394, de junho de 2002, que objetiva o oferecimento do Curso de Pedagogia com habilitação em séries iniciais na modalidade de Ensino à Distância aos professores que fazem parte dos municípios beneficiados pela Lei 12.120 - Lei da In-

clusão Social -, está sendo discutida pelo deputado Onofre Agostini (PFL). O referido decreto teve vigência até dezembro do ano passado.

Para que a reedição do decreto seja possível, o parlamentar encaminhou requerimento solicitando ao governo estadual que a secretaria da

Educação celebre convênio com a Udesc. De acordo com ele, tal procedimento se faz necessário para possibilitar aos professores a implantação de programas voltados a sua formação e requalificação, contribuindo, dessa forma, com a Educação em nosso Estado. (CLR)



# Veículos de comunicação do Legislativo na briga contra a AIDS

*Desafio do Poder é buscar engajamento maior para deter o avanço da doença*

Mirela Maria Vieira

Ajudar na reversão dos números (confira no quadro) – o que significa salvar e melhorar a qualidade de vida de milhares de pessoas – que colocam Santa Catarina num vergonhoso primeiro lugar no ranking nacional de casos de AIDS. Com esta meta em primeiro plano, os veículos de comunicação da Assembleia – TVAL, Rádio AleSC e AL Notícias – entram na briga contra a doença, de forma contínua, em matérias, debates, programas especiais e campanhas. A TVAL entrou com matéria especial sobre o tema, com entrevistas e enquetes na rua, a partir do dia 25. A reportagem será exibida em diversos horários até o fim do Carnaval, através dos canais nas redes à cabo (NET, TVA, Cabovisão e Viacabo), além de veicular a campanha do Ministério da Saúde para o Carnaval. O mesmo acontece com a produção da Rádio e do Jornal. O trabalho será permanente.

Ao anunciar o engajamento da Assembleia na campanha contra a AIDS, em pronunciamento na sessão do dia 25, o presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), lançou um desafio aos seus colegas e ao próprio Poder Legislativo. “O que podemos e precisamos fazer enquanto instituição que somos? Esta é uma questão que está em aberto, um desafio para a Assembleia”, enfatizou. O problema exige uma nova postura do Poder, enquanto instituição.

Os números de 2002 ainda não estão fechados, mas os técnicos da secretaria da Saúde apontam a faixa etária entre os 13 e 19 anos como a que mais apresentou aumento nos casos oficiais de AIDS, principalmente as adolescentes. Foram detectados 152 casos entre as meninas, e 151 entre os meninos. O engajamento efetivo do Legislativo nas ações desencadeadas muitas vezes por setores isolados da sociedade e do Poder Público, salientou Morastoni, deve ir além dos debates promovidos com a sociedade e os representantes do governo. Ou da produção de leis, que muitas vezes podem resultar inócuas. “Redirecionar nossa atuação, de forma a torná-la efetivamente eficiente. Este, volto a dizer, é o nosso desafio”.



## A doença em Santa Catarina:

- A AIDS constitui-se num dos principais problemas de saúde pública no estado. Sua incidência no ano de 2000 foi de 22,4/100 mil habitantes. No Brasil, a incidência é de 10,5/100 mil habitantes;
- No período de 1984 a 2002 foram notificados 10.770 casos em adultos e 658 em crianças;
- Desde 2000 Santa Catarina assumiu o primeiro lugar no ranking brasileiro de incidência de casos;
- Os municípios de Itajaí e Florianópolis ocupam o primeiro e segundo lugares respectivamente, em incidência no país;
- A mortalidade tendo como causa básica a AIDS continua crescendo;
- Atualmente a AIDS é a primeira causa de morte entre as doenças infecciosas na faixa etária de 20 a 49 anos;
- O risco de morrer de AIDS entre o sexo feminino aumentou em 22,4% no período de 1996-2001, confirmando a crescente participação das mulheres no total de casos notificados;
- O comportamento da epidemia tem se caracterizado pela diferenciação com outros estados por apresentar o mais alto percentual de casos de AIDS entre usuários de drogas injetáveis (UDI) no país. Esta categoria concentra 35,3% do total de casos, enquanto que a média nacional é de 25%;
- O controle da transmissão do HIV – vírus da AIDS – por usuários de drogas injetáveis, envolve, além de propostas audaciosas, articulação de várias instituições e segmentos sociais;
- Além do alto percentual de casos entre UDI, observa-se a crescente feminização, juvenização e aumento de casos entre pessoas da terceira idade e entre as pessoas mais pobres.

## Conscientização durante o Carnaval

Organizações não-governamentais como o Gapa (Grupo de Apoio à Prevenção da Aids), estarão presentes nas ruas, neste caso, fazendo campanha na capital. O Gapa vai estar com dois blocos carnavalescos, numa parceria com os Correios e o Cepon. A idéia é acompanhar os outros blocos de foliões, entregando folhetos e camisinhas.

A campanha da Secretaria Estadual para o Carnaval deste ano inclui a distribuição em todo estado de mais de 450 mil folhetos com informações sobre os riscos de se contrair a doença e as formas de prevenção. A inovação é que cada folheto vem com um “vale-camisinha”. Próximos aos locais onde vão haver desfiles de escolas e blocos, e próximos aos clubes, os foliões que tiverem o folder em mãos poderão obter a camisinha apresentando o seu vale, conforme informou a Secretaria.

## Preconceitos e falta de vontade política

O Legislativo produziu duas leis específicas nos últimos cinco anos. Ambas são de autoria do atual presidente. A Lei nº 11.063/98, autorizando o governo estadual a distribuir seringas para usuários de drogas e a Lei nº 11.392/2000, que instituiu uma política estadual para doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS).

A primeira, que simplesmente seguiu a política nacional, até hoje não foi regulamentada pelo governo estadual e ainda sofre restrições devido a preconceitos, princípios religiosos, e mesmo por dúvidas manifestadas pela Polícia Federal. “Apesar do Ministério Público Estadual ter se manifestado favoravelmente à sua aplicação, o Estado tem deixado por conta dos municípios, mas não há uma ação integrada. Em Itajaí, onde se aplica um pouco mais esta lei, os números de infectados por uso de drogas injetáveis, redu-

ziu”, afirmou Morastoni.

Alvo de elogios manifestados oficialmente pela Unesco, através do Grupo temático Unaid - , a Lei 11.392, aprovada em maio de 2000, foi vetada integralmente pelo governo. Teve seu veto derrubado pelo parlamento. No entanto, a administração estadual ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), arguindo que a Lei criaria despesas e, portanto, só poderia ser proposta pelo Executivo. A Adin foi acatada e o estado acabou ficando sem uma política definida para conter o avanço da doença até hoje. A Lei definia medidas pedagógicas contínuas, campanhas públicas amplas, entre outras providências. Volnei Morastoni acredita que um dos caminhos para implementar ações efetivamente positivas é trazer governos municipais, estadual, fe-

deral, organizações não-governamentais, para debater estratégias. Isto evitaria que leis produzidas no parlamento esbarrem na burocracia, na falta de vontade política ou mesmo nos preconceitos, e permitiria ações integradas entre o Poder Público e a sociedade.

O resultado de ações não integradas é a colocação de Santa Catarina no topo do ranking nacional. Também dificulta o levantamento correto da incidência da doença. Segundo dados da secretaria da Saúde, 182 municípios têm notificações de casos, num total de 293 cidades que integram o território catarinense. “Será que não há nenhum caso nestas mais de 100 cidades? Será que os casos notificados são mesmo de residentes destes municípios? São muitas as perguntas e, por isso, precisamos rever nossa atuação”, argumenta o parlamentar.